Relatório de Gestão 2021

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 21 de março de 2022

Índice

Índice 2
I. INTRODUÇÃO 3
II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2021 3
III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2021 6
IV. PERSPETIVAS PARA 2022 7
V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 9
1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento 9
2. Gestão do Risco Financeiro 10
3. Limite de crescimento do endividamento 11
4. Prazo Médio de Pagamentos 11
5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2020 12
6. Remunerações dos Órgãos Sociais e Auditor Externo 12
7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere: 17
8. Despesas não documentadas ou confidenciais 19
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens 19
10. Plano de Gestão de Risco e Infrações conexas e Relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano 19
11. Contratação Pública 20
12. Sistema Nacional de Compras Públicas 20
13. Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais 20
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria 21
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado 22
16. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos 22
17. Plano para a Igualdade – Elaboração e Divulgação 22
18. Demonstrações não financeiras 23
19. Informação a constar no site do SEE a 31 de dezembro de 2021 23
VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 24
VII. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS 26
1. Nota Final 26
2. Aplicação de Resultados 27

I. INTRODUÇÃO

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, doravante também referida como CE, Circuito Estoril ou Empresa, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista de 31 de Março de 2007.

A Circuito Estoril tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito do Estoril, o seu único ativo.

O Conselho de Administração da empresa, eleito para o mandato 2020-22, apresenta a seguinte composição:

Presidente (com funções não executivas): Jaime Serrão Andrez

Vogal (com funções executivas): Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

Vogal (com funções não executivas): João Carlos da Silva Sacadura Pinhão

II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2021

O exercício de 2021, gerido sob efeito de uma elevada incerteza e instabilidade, dada à continuidade da situação pandémica provocada pelo Covid-19, obrigou logo no início do ano à interrupção da atividade da Circuito Estoril, com exceção das atividades de treino e competitivas profissionais dos escalões seniores, tendo sido cancelada de imediato toda a atividade não desportiva de carácter comercial, situação bastante prejudicial para a sociedade dado que é esta atividade a que aporta maior rentabilidade à empresa.

Assim, um contexto de retração comercial da generalidade das marcas e equipas profissionais, tradução direta da maior instabilidade económica vivida na Europa, associado ao momento de viragem no setor automóvel, com vários desafios no domínio da mobilidade,

levou à clara redução de determinadas atividades, nomeadamente os testes e as apresentações de marcas. Efetivamente, todo o segmento de eventos e de apresentação de novos modelos ficou uma vez mais suspenso, com sucessivas tentativas de adiamento até ao cancelamento definitivo dos mesmos devido ao agravamento da pandemia, com as respetivas consequências, tendo conduzido a Circuito do Estoril a focar-se essencialmente na vertente desportiva a nível nacional e internacional.

As restrições de mobilidade entre países e a proibição de circulação entre concelhos ao fim-de-semana, impossibilitou a concretização dos eventos programados até ao final do 1º trimestre. Esta situação vigorou até ao dia 5 de abril, refletindo-se na quase inexistência de atividade no primeiro trimestre do ano, registando-se apenas nove dias de ocupação.

Em virtude do acima referido, as receitas e o número de dias de ocupação de pista em 2021 caíram abruptamente face a 2019, tendo-se verificado contudo, uma pequena melhoria no número de dias de ocupação face a 2020. Em 2019 a ocupação de pista tinha atingindo os 247 dias, em 2020 apenas os 134 dias e em 2021 142 dias, comprometendo negativamente os resultados e a rentabilidade da Circuito Estoril.

A retoma da atividade fez-se no início do mês de abril com a realização da prova desportiva de motociclismo – 3 Horas do Estoril, seguida de testes preparatórios para a prova internacional FIM CEV.

No que respeita à atividade desenvolvida há a destacar a realização de cinco campeonatos do mundo – Campeonato do mundo de carros de turismo "WTCR", Campeonato FIM CEV, o Campeonato do mundo de Superbikes, Campeonato do mundo de Resistência (motos) e o Campeonato do Mundo de Sidecars.

A realização do campeonato do mundo de Superbikes constituiu um acontecimento que contribui para manter o posicionamento do Autódromo do Estoril no circuito internacional, nomeadamente em provas do Campeonato do Mundo e, consequentemente, para a sua valorização enquanto ativo pois proporciona grande visibilidade em matéria de transmissões televisivas internacionais e na mobilização de elevado do número de seguidores que particularmente são suscetíveis de potenciar a divulgação externa do nome e da imagem do Estoril e de Portugal. Por outro lado, a elevada projeção a nível desportivo e turístico decorrente da exposição internacional e da notoriedade deste tipo de eventos, tem ainda como efeito desenvolver a carteira de negócios da Circuito Estoril, uma vez que a coloca no radar dos operadores e da opinião pública.

Realizou-se pela primeira vez em Portugal, o Campeonato do Mundo de Paraciclismo de Estrada, sob a égide das seguintes instituições -UCI – União Ciclística Internacional, que tutela a modalidade a nível mundial, da Federação Portuguesa de Ciclismo, do Comité Olímpico de Portugal e do Comité Paralímpico de Portugal - com a presença de cerca de 300

atletas oriundos de 35 países, tendo o Circuito do Estoril disponibilizado as instalações para a realização desta prova.

A realização do evento "Estoril Classics" que contou com cerca de 300 equipas e mais de uma dezena de nacionalidades, marcou igualmente de forma indelével o panorama internacional das corridas automóveis em 2021.

Já a terminar a época desportiva de 2021, além da prova internacional Ultimate Cup Series, realizou-se o "Estoril Caterham Festival", o "Estoril Racing Festival", a Porsche GT 3 Cup Portugal e o 1º Campeonato de Portugal de Novas Energias.

O circuito foi igualmente utilizado para outro tipo de eventos como "Club Days" de motos e carros assim como para a realização de sessões de filmagens por produtoras nacionais e estrangeiras.

A nível de apresentações, a BMW Portugal Motorrad esteve no circuito com o evento "BMW Ultimate Experience", uma iniciativa que reúne os seus fãs e curiosos num contacto próximo com as máquinas germânicas. Foram cerca de 1000 participantes que passaram pelo Autódromo do Estoril nos três dias de evento. Aproveitando a envolvência do circuito, o piloto Ivo Lopes apresentou a exclusiva M1000RR.

Foram igualmente realizados treinos de equipas de competição de motos do campeonato FIM CEV, treinos de carros GT's, treinos coletivos para pilotos nacionais de automóveis e motos.

A Circuito Estoril tem apoiado a equipa da Fórmula Student do Instituto Superior Técnico, disponibilizando as instalações para a realização de testes do protótipo que participou na competição espanhola em Barcelona e na competição alemã que é considerada a maior competição europeia de Fórmula Student.

A nível do investimento e obras de beneficiação do circuito, procedeu-se à renovação total do CCTV (Closed Circuit TV), com a implementação de um sistema integrado de cronometragem e dos "limites de pista", de novas câmaras à volta da pista e uma sala de controlo totalmente renovada, com a instalação do Video Wall e equipamento de gravação de todas as câmaras.

Foram igualmente realizadas obras de beneficiação em algumas escapatórias com o reperfilamento de terras, o prolongamento da escapatória de gravilha da Curva 2 e a construção de novos corretores de pista.

Estas obras foram uma imposição da FIM (Federation International de Motocyclisme) para a continuidade da realização de provas internacionais de motos no Circuito do Estoril.

III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2021

Face a 2020, em resultado da pandemia da COVID-19, o volume de vendas e prestação de serviços diminuiu 20%, fruto da retração das atividades que utilizam esta infraestrutura, atingindo os 889 mil euros, tendo a maioria da atividade tido origem no mercado interno, o que não verificaria se estivéssemos num ano sem pandemia em que a maioria do volume de negócios derivaria da exportação de serviços.

Foram atingidos em 2021, 142 dias de ocupação, contra os 134 dias de ocupação em 2020, ainda assim deveras inferior aos 247 dias de ocupação em 2019, e concretizando-se as expetativas negativas da atividade para o exercício.

O EBITDA reflete, como esperado, uma inversão do crescimento que se vinha verificando nos anos anteriores à pandemia. O EBTDA em 2019 tinha atingido os 1.210.610,50 euros, em 2020 inverteu para o valor negativo de 216.868,31 euros e em 2021, apesar do maior número de dias de ocupação, decresceu 241% face ao período homólogo, atingindo o valor negativo de 740.559,23 euros.

Os FSE aumentaram cerca de 37%, alcançando o montante de 1.278.651,21 euros devido em grande medida à realização da prova do campeonato do mundo das Superbikes em moldes diferentes ao do ano anterior. A organização deste tipo de provas está sujeita aos requisitos da FIM/Dorna e aos regulamentos da FIM para provas de velocidade, nomeadamente ao nível dos meios de segurança em pista (comissários, ambulâncias, equipas médicas), da segurança passiva, da segurança no interior e exterior do recinto e do reforço do serviço de limpeza devido à pandemia Covid-19.

Em matéria de gastos com o pessoal, verificou-se uma ligeira descida de cerca de 1% face a 2020, grande parte associado à saída em final de junho de um funcionário por passagem á reforma, e de não ter sido feita em 2021 a contratação de novo funcionário.

Continuaram-se a renegociar vários contratos com fornecedores e a denunciar outros, potenciando o aproveitamento dos recursos internos na prossecução de algumas tarefas anteriormente subcontratadas.

Durante o ano, foram efetuados investimentos e benfeitorias no montante de 428.639,28 euros, sendo que na sua maioria tiveram como objetivo aumentar a segurança do Autódromo do Estoril e cumprir com as exigências das várias federações internacionais. Destes

investimentos destacam-se os seguintes: i) renovação total do CCTV (Closed Circuit TV) com a implementação de um sistema integrado de cronometragem e dos "limites de pista", de novas câmaras à volta da pista e uma sala de controlo totalmente renovada, com a instalação do Video Wall e equipamento de gravação de todas as câmaras no valor de 200.370,90 euros; ii) colocação de barreiras de proteção devidamente homologadas ao longo da pista de forma a aumentar a segurança passiva da mesma no valor de 32.275,00 euros; iii) obras de beneficiação de pista no valor de 86.711,79 euros; iv) aquisição de material informático e de cronometragem no valor de 46.535,60 euros; v) remodelação parcial do sistema de ar condicionado no 1º andar da Torre de Controlo no valor de 24.845 euros e vi) aquisição de um empilhador no valor de 17.900,00 euros

A empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico e tem ainda vindo a reduzir as dívidas a fornecedores, refletindo o PMP os termos negociados junto dos mesmos. Os Financiamentos existentes em 2021, referem-se na sua totalidade a Suprimentos contratualizados com a Acionista PARPÚBLICA no montante de 1.730.975,00 euros, e respetivos juros. O acréscimo de 730.975,00 euros em Suprimentos que ocorreu em 2021, destinou-se à viabilização da prova do mundial de Superbikes e foi devidamente autorizado através do Despacho Nº 142/2021 SET.

IV. PERSPETIVAS PARA 2022

A retoma da atividade, para além de lenta e modesta por razões de mercado, diretamente relacionadas com os efeitos da pandemia e a incerteza que rodeia a sua evolução, é ainda afetada por condicionalismos, imprevisíveis e incontroláveis, e pela redução das disponibilidades económicas das equipas.

A recuperação perspetiva-se, portanto, demorada, dada a imprevisibilidade da duração dos efeitos da pandemia, e a expetativa de um lento retorno da procura do setor, inclusivamente tendo em atenção os efeitos já verificados da pandemia nas economias europeias.

A variante Ómicron, no final de 2021 e início de 2022, voltou a afetar a atividade da Circuito Estoril. A incerteza e a complexidade desta situação com repercussões ao nível da mobilidade das pessoas e transportes, implicou novamente uma redução, da procura deste tipo de serviços, tendo como imediata consequência o adiamento de eventos já programados de apresentação de produto e de marca.

Também o conflito entre a Rússia e Ucrânia, que teve início a 24 de fevereiro, já está a ter consequências económicas negativas para os países do Ocidente.

O aumento do preço dos combustíveis e produtos petrolíferos que já se verifica, faz com que o trajeto até à Península Ibérica se torne mais oneroso para as equipas oriundas do centro da Europa e do Reino Unido, para não falar dos outros produtos em geral, cujos preços já têm vindo a registar subidas de forma consistente. Toda esta situação não deixará seguramente de agravar a situação dos consumidores, não só em Portugal como no resto da Europa, pelo que será expectável algum tipo de retração ao nível dos eventos.

Tendo em conta a envolvente acima referida, a Circuito Estoril tem procurado reforçar o contato com a generalidade dos *stakeholders* procurando soluções que contribuam para a retoma da atividade.

É neste contexto que a diversificação de provas desportivas, a melhoria das condições de acolhimento do circuito e a capacidade de atrair provas com grande visibilidade se tornam mais relevantes. A conquista da prova do campeonato do mundo de Superbikes, do campeonato do mundo de SideCar, a prova do campeonato do mundo FIM Junior GP ou a prova do campeonato de Espanha de Superbikes são disso bons exemplos. Quanto a provas em quatro rodas, a Circuito Estoril espera acolher de novo este ano, após alguns anos de interregno o campeonato GT Open, o já tradicional Estoril Classics, o Estoril Racing Festival, o Estoril Caterham Festival e o campeonato Porsche GT3 Cup, para além dos campeonatos de velocidade nacionais de carros e motos.

No mês de fevereiro realizou-se o evento de apresentação à imprensa do novo modelo da Porsche e estão ainda programados outros eventos de apresentação de outras marcas automóveis.

Há ainda grande incerteza por parte dos construtores automóveis relativamente à realização de eventos internacionais de relevo para a divulgação dos novos modelos, devido à presente situação de guerra na Ucrânia, esperando-se, contudo, que esta situação seja resolvida a curto prazo.

V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Constitui orientação estratégica interna, no atual cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter níveis de endividamento residuais.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível da Circuito Estoril.

A execução de 2021 esteve, nas variáveis essenciais, em linha com os objetivos financeiros propostos no plano de atividades e orçamento revisto para 2021, nomeadamente:

- para uma previsão orçamental de ocupação de 141 dias, atingiram-se 142 dias;
- para um Resultado Liquido previsto negativo de -849.366,37€, atingiu-se um Resultado Liquido negativo de -840.211,74€, originando um desvio positivo de 1%;
- para uma previsão de um Resultado Liquido antes de Imposto negativo em -1.080.618,79€, conseguiu-se atingir um resultado negativo de -1.064.258,02€, refletindo um desvio positivo face ao orçamentado de 2%;
- para um EBITDA orçamental de -755.066,35€, atingiu-se o patamar de - 740.559,37€;
- para um Volume de Negócios previsional de 887.643,82€, atingiu-se o patamar de 888.666,79€;
- relativamente aos gastos com pessoal, cuja previsão era de 382.145,29€, estes vieram a atingir os 373.778,45€.;
- quanto ao endividamento, este ficou em linha com o previsto no PAO 2021, ou seja aumentou em 730.975,00€, passando para 1.730.975€, exclusivamente respeitante a suprimentos. Este aumento encontra-se devidamente autorizado pelo Despacho nº142/2021-SET;
- relativamente ao investimento, estava previsto que este ascendesse a 497.309,07€, contudo este ficou pelos 428.639,28 euros.

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio
Renovação equipamento de CCTV	156.232,42	156.232,42	0,00
Material informático para CCTV	9.986,00	9.986,00	0,00
Obras de pista	130.975,00	86.711,79	-44.263,21
Material de CCTV	37.000,00	34.152,48	-2.847,52
Material informático	35.000,00	29.062,60	-5.937,40
Material cronometragem	20.000,00	17.473,00	-2.527,00
Protecções Tipo A - FIM SPM	32.275,00	32.271,89	-3,11
Empilhador	20.000,00	17.900,00	-2.100,00
Sistema de ar condicionado - renovação	25.000,00	24.845,00	-155,00
Semaforização	2.000,00	674,45	-1.325,55
Obras várias	20.000,00	10.489,00	-9.511,00
IMT E IMP SELO Terreno Linho (transferido de AFC para Terrenos - 16	8.840,65	8.840,65	0,00
TOTAL	**497.309,07**	**428.639,28**	**-68.669,79**

2. Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a PARPÚBLICA, os quais no final de 2021 se situavam em 1.730.975,00 euros, a "CE – Circuito Estoril, SA" não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício.

A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do facto de esta vir a ser anualmente revista por parte do acionista, refletindo o eventual aumento/redução do custo associado aos seus próprios financiamentos. Em 2021 a taxa praticada pelo acionista foi de 2% e para 2022 a taxa será também de 2,00%.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2021, em cerca de 26,6 mil euros.

Gestão do Risco Financeiro

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	26.568,76	21.859,72	29.470,00	33.660,00	39.739,27
Taxa Média de Financiamento (%)	2,000%	2,180%	2,947%	3,366%	3,794%

3. Limite de crescimento do endividamento

Limite de crescimento do endividamento

Passivo Remunerado	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrrente)	1.730.975	1.000.000
Variação do Endividamento	730.975	

O endividamento existente refere-se a suprimentos concedidos pelo acionista único, tendo o aumento em 2021 sido devidamente autorizado através do Despacho nº 142/2021-SET.

4. Prazo Médio de Pagamentos

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, a Circuito Estoril tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores por forma ao cumprimento da legislação. A estratégia da empresa, desde 2017 tem sido a da redução do PMP assegurando-se, em simultâneo, uma boa gestão do rácio PMP/PMR.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	37	37	0	0,0%

Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2021 dos atrasos nos pagamentos, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	184.010,91				
Aq. de Capital					
Total	184.010,91				

"Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2020

Não foram emitidas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas de 2020.

Não foram inscritas reservas na última Certificação Legal de Contas.

6. Remunerações dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

a) Os membros do Conselho de Administração não usufruem qualquer remuneração pelas funções exercidas na Circuito Estoril, considerando que são remunerados pelas funções de Administração exercidas na acionista única, de acordo com o estipulado em DUE de 6 de agosto de 2020.

O *Fiscal Único* é pago através de uma avença mensal. A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.

Os membros da *Assembleia Geral* (Presidente e Secretária) auferem senhas de presença no valor de 500,00 euros e 350,00 euros respetivamente, por cada presença.

b) A Circuito Estoril não possui *auditor externo*, uma vez que a sociedade funciona com um fiscal único como órgão de fiscalização, com as competências definidas na Lei, sendo igualmente o responsável pela certificação legal das contas da empresa.

A competência para fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais, está atribuída ao Acionista.

A política remuneratória dos órgãos sociais da Circuito Estoril, é fundada na total transparência e cumprimento das regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibilizando no seu site e através do Relatório anual toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação, como também a informação individual referente às remunerações pagas (se aplicável), a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Divulgação das Remunerações

1) Mesa da Assembleia Geral

Os mandatos, cargos, nomes e vencimentos são os que constam do quadro seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020 - 2022	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	500,00	500,00
2020 - 2022	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	350,00	350,00
				850,00

2) *Conselho de Administração*

Os mandatos, cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos ultimos 3 anos			N.º de Mandatos
(Início - Fim)			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2020 - 2022	Presidente	Jaime Serrão Andrez	DUE	06-08-2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	1
2020 - 2022	Vogal	Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	DUE	06-08-2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	1
2020 - 2022	Vogal	Joao carlos da Silva Sacadura Pinhão	DUE	06-08-2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	1

Nenhum membro do Conselho de Administração aufere qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferirem remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS) SA.

Importa ainda referir que não existem remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

Não foram atribuídos prémios de gestão.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Jaime Serrão Andrez	Sagesecur - Soc. Estudos, Desenv. e Particip. em Projetos, SA	Presidente do Conselho de Administraçao	Público	
Jaime Serrão Andrez	Águas de Portugal-SGPS, SA	Administração	Público	
Jaime Serrão Andrez	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa	Administração	Docencia	
Jaime Serrão Andrez	EPS - EFACEC POWERSOLUTIONS, SGPS	Administração	Público	
Jaime Serrão Andrez	Parpública (SGPS), SA	Presidente do Conselho de Administraçao	Público	
Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Sagesecur - Soc. Estudos, Desenv. e Particip. em Projetos, SA	Administração	Público	
Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Parpública (SGPS), SA	Administração	Público	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Parpública (SGPS), SA	Administração	Público	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Sagesecur - Soc. Estudos, Desenv. e Particip. em Projetos, SA	Administração	Público	

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

É de referir ainda que no decorrer de qualquer dos mandatos dos órgãos sociais, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Também não existe nenhum regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2021 pelos administradores:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Joao carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
			0,00	0,00	0,00

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
				0,00	0,00	0,00		0,00

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Joao carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Jaime Serrão Andrez	0,00	0,00	Não aplicável	---		0,00
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0,00	0,00	Não aplicável	---		0,00
Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0,00	0,00	Não aplicável	---		0,00
						0,00

3) Fiscalização

Conselho Fiscal – não aplicável. Os órgãos de Fiscalização da empresa são constituídos por um Fiscal único efetivo e um Fiscal único suplente.

Fiscal Único

O Fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Fiscal único efetivo e suplente

A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
(Início - Fim)		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2020-2022	Fiscal Único Efectivo	BDO & Associados, SROC, Lda representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	Sociedade - 29 Representante 725	Sociedade - 20161384 Representante 20160361	DUE	06-08-2020	07-02-2001	21	21
2020-2022	Fiscal Único Suplente	Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	995	20160610	DUE	06-08-2020	Não aplicável	14	14

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	7.000,00	0,00	7.000,00	-	-	0,00	0,00
Drª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

4) Auditor Externo

Não aplicável, uma vez que a sociedade funciona com um Fiscal único como órgão de fiscalização, com as competências definidas na Lei, sendo igualmente o responsável pela certificação legal das contas da empresa.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

a) - Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa – De referir que, no cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, não houve lugar à utilização de cartões de crédito pelos gestores, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) - Não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal - não existiu qualquer reembolso aos gestores de despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) - Valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet – não houve lugar ao pagamento de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
Joao carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
		0,00	

d)- Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço – não houve lugar ao pagamento de despesas associadas a portagens afetas a viaturas de serviço, uma vez que não existem viaturas de serviço afetas aos administradores.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jaime Serrão Andrez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
Joao carlos da Silva Sacadura Pinhão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
				0,00	

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, não se realizaram quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

A Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, determina que é necessário intensificar medidas específicas que possam contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial penalizadora para as mulheres, tendo em vista alcançar-se, também neste domínio uma efetiva igualdade de género.

Na Circuito Estoril, de um total de 12 trabalhadores, 5 são mulheres e 7 homens.

Em 21 de março de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Relatório sobre Remunerações por Género – 2021.

A empresa pauta-se pelo princípio da não discriminação de género, começando desde logo pela composição do seu Conselho de Administração. A diferenciação em termos nível salarial praticado entre os diferentes colaboradores advém naturalmente das aptidões técnicas e da criticidade da função e não do género do trabalhador.

10. Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações conexas e Relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, a Circuito Estoril aprovou em outubro de 2016 a sua Política de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses onde estabelece as regras e procedimentos relativos à comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, instituindo o dever dos colaboradores comunicarem ao Conselho de Administração quaisquer práticas irregulares, a menos que envolvam membros deste órgão de gestão, caso em que tal comunicação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão de Auditoria do acionista único, a PARPÚBLICA (SGPS) SA. Por sua vez, o Manual de Procedimentos em uso na empresa foi desenhado de molde a implementar um sistema de controlo que passa pela supervisão de várias pessoas nos processos considerados críticos, como é o caso da aquisição de bens e serviços e da função financeira.

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência.

Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências e procedeu ao seu dever de divulgação do mesmo.

11. Contratação Pública

a) Por se encontrar em regime concorrencial, a empresa não se encontra abrangida pelas normas de Contratação Pública nos termos do disposto no art.º 2º nº 2, al. a), i) – Entidades Adjudicantes do Código dos Contratos Públicos. Não obstante, a empresa implementa um conjunto de boas práticas na aquisição de bens e serviços que passa sempre por consultas a vários fornecedores, optando, em condições de igualdade, pela proposta que permite maior poupança de custos.

b) A empresa implementou um sistema de controlo interno (SCI), vertido no seu manual de procedimentos aprovado em dezembro de 2013, e dirigido para áreas específicas da empresa, sendo periodicamente atualizado de acordo com a evolução da atividade e das boas práticas. A última atualização data de 9 de janeiro de 2018.

c) Importa ainda referir que não existiram atos ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A empresa não aderiu ao sistema nacional de compras públicas.

13. Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais

A Circuito Estoril apresenta em 2021 um EBITDA negativo no montante de -740.559,37 euros, invertendo-se assim a tendência de EBITDA positivos que se vinham a verificar desde 2014 até ao início da pandemia por Covid-19, devido ao forte impacto que esta teve no negócio.

Face a 2020 o EBITDA deteriorou-se em 241%.

Comparando com o período homólogo, os FSE aumentaram 37%, apesar da redução do Volume de Negócios de cerca de 20%. Esta disparidade entre percentagens justifica-se pela realização da prova do Mundial de Superbikes, a qual no ano 2021 originou gastos associados de 574.909.88 euros, um valor 294.499,37 euros superior ao registado em 2020. A inclusão desta prova na atividade da CE, foi autorizada através do despacho nº 379/2020-SET.

Para que seja possível comparar a eficiência operacional com o ano 2019, será necessário expurgar do rácio o efeito da pandemia Covid 19.Desta forma, podemos concluir que o peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios reduziu-se, atingindo em 2021 um rácio de 55,2% (contra os 55,4% de 2019).

Relativamente às Deslocações/Estadas houve um decréscimo de 64% face a 2019.

Os Gastos com Pessoal cresceram 1% face a 2019, mas decresceram 1% face ao período homólogo grande parte associada à saída em final de junho de um funcionário por passagem á reforma, e de não ter sido feita em 2021 a contratação de novo funcionário.

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

PRC	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-740.559,37	-755.066,35	-216.868,31	1.210.610,50	-523.691,06	241%	-1.951.169,87	-161%
(1) CMVMC	928,59	837,27	418,17	1610,31	510,42	122%	-681,72	-42%
(2) FSE	1.278.651,21	1.266.219,11	935.372,08	1.118.905,03	343.279,13	37%	159.746,18	14%
(3) Gastos com o pessoal	373.778,45	382.145,29	379.104,38	369.094,29	-5.325,93	-1%	4.684,16	1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	1.178,32	1.178,32	1.557,27	0,00	-378,95	-24%	1.178,32	100%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0%	0,00	0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos (i, ii e iii)	372.600,13	380.966,97	377.547,11	369.094,29	-4.946,98	-1%	3.505,84	1%
(5) Impacto da Pandemia por Covid 19 nos Gastos Operacionais	-660.686,20	-666.114,00	3.189,60	0,00	-663.875,80	100%	na	na
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da eficiencia operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	2.312.866,13	2.314.137,35	1.310.147,76	1.489.609,63	1.002.718,37	77%	823.256,50	55%
(7) Volume de Negocios (VN)	888.666,79	887.643,82	1.105.011,39	2.688.646,16	-216.344,60	-20%	-1.799.979,37	-67%
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por Covid19 (+)	3.300.695,90	3.301.318,00	1.412.922,61	0,00	1.887.773,29	134%	na	na
(9) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiencia operacional (7+8)	4.189.362,69	4.188.961,82	2.517.934,00	2.688.646,16	1.671.428,69	66%	1.500.716,53	56%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	55,2%	55%	52%	55,4%	3%	6%	0,00	0%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	889,40	1.057,00	1.053,95	2.482,25	-164,55	-16%	-1.592,85	-64%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%
(iii) Gastos associados à frota automóvel[c)]	25.177,61	25.617,00	25.347,07	23.844,95	-169,46	-1%	1.332,66	6%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	26.067,01	26.674,00	26.401,02	26.327,20	-334,01	-1%	-260,19	-1%
(12)) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3.850,00	3.850,00	4.750,00	0,00	-900,00	-19%	3.850,00	100%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	19	19	20	18	-1,00	-5%	1,00	6%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	7	7	6	0,00	0%	1,00	17%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	2	0,00	0%	1,00	50%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	9	9	10	10	-1,00	-10%	-1,00	-10%
N.º Trabalhadores/N.º CD	3	3	3	5	-0,33	-10%	-2,00	-40%
N.º de viaturas	5	5	5	5	0,00	0%	0,00	0%

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Durante o ano 2021 foi contratualizado à empresa PVW TINSA uma avaliação no montante de 3.850,00 euros, que se destinou a aferir se em final de 2020 a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios se mantinha face à anterior avaliação, ou se seria necessário refletir na contabilidade os novos valores apurados.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em cumprimento do previsto no artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 outubro, artigo 160º da LOE 2020 e artigo 115º do DLEO 2019, a Circuito Estoril mantem a quase totalidade das suas disponibilidades e aplicações quando estas existam, junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Publica – IGCP.

A empresa não auferiu quaisquer juros fora do IGCP.

A empresa foi através da informação 831/2021 de 15/11/2021, do IGCP, excecionada do cumprimento da UTE, para os anos de 2021 e 2022, somente para os valores necessários ao carregamento dos cartões de refeição.

Ao longo do ano 2021 a CE possuía as suas disponibilidades e aplicações financeiras na banca, distribuídas da seguinte forma:

Principio da Unidade de Tesouraria do Estado

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	949.988,69	689.608,02	594.052,45	724.583,02
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	949.988,69	689.608,02	594.052,45	724.583,02

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Banco Comercial Português, SA	277,86	272,42	142,62	94,58
Total	277,86	272,42	142,62	94,58
Juros auferidos**	0,00	0,00	0,00	0,00

16. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa nos últimos 3 anos.

17. Plano para a Igualdade – Elaboração e Divulgação

De acordo com o artigo 7º da Lei nº 62/2017 de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do nº3 do artigo 6º do Despacho Normativo nº 18/2019, de 21 junho, a empresa deve anualmente elaborar e divulgar o seu Plano para a Igualdade.

A Circuito Estoril tem o seu Plano para a Igualdade divulgado no site da empresa em: http://www.circuito-estoril.pt/fotos/editor2/ce_planoparaaigualdade.pdf

No âmbito deste tema foi também efetuada a comunicação anual do mesmo às entidades competentes nomeadamente ao CITE e à SIG.

18. Demonstrações não financeiras

A Circuito Estoril por não se enquadrar na obrigatoriedade constante do nº 1 do artº 66-B do CSC não elabora Demonstrações não Financeiras autónomas, contudo tanto no Relatório de Gestão como no RGS, são abordados os temas constantes do nº 2 do artº 66-B do CSC.

19. Informação a constar no site do SEE a 31 de dezembro de 2021

Conforme orientações da DGTF, a CE não divulga a respetiva informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

A Circuito Estoril é uma empresa detida integralmente pela PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A., nela consolidando contas.

A empresa disponibiliza a sua informação através do site do SIRIEF, e cumprindo os deveres de informação a que está sujeita também através do INE, Tribunal de Contas e IGF e DGTF, SIOU e site da Circuito Estoril.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e acionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.		
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Código de etica	N.A.		

VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
- Maximização da ocupação rentável e visível	S	Real 142 dias ; Orçamentado 141 dias - Real / Orçamentado - acrescimo de 1 %	Ponto V. 1. Relatório
- Aumento dos Resultados Liquidos	S	RLAI Orçamentado -1,080,618,79€; RLAI Real -1,064,258,02€ ; RLAI Real - Real/Orçamentado - melhorou face ao esperado	Ponto V. 1. Relatório
- Reduzir niveis de endividamento	N	Sem endividamento bancário ; Endividamento existente apenas contrato Suprimentos com o accionista o qual em 2021 subiu face a 2020	Ponto V. 1. Relatório
- Redução de gastos operacionais	N	Aumento de 26% dos gastos operacionais face ao periodo homologo	Ponto V. 13. Relatório
Metas a Atingir constantes no PAO 2021			Ponto V. 1. Relatório
Investimento		Inferior aos montantes constantes do PAO 2021	Ponto V. 1. Relatório
Nivel de endividamento		Sem endividamento bancário ; Endividamento existente apenas contrato Suprimentos com o accionista o qual em 2021 subiu face a 2020	Ponto V. 1. Relatório
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		Não carregamos a informação nessa plantaforma
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Ponto V. 2. Relatório
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Sem endividamento bancário ; taxa Suprimentos do Acionista 2%; valor do endividamento aumentou no ano. A 31/12/2021 era de 1,730,275,00 euros	Ponto V. 2 e V. 3. Relatório
Evolução do PMP a fornecedores	S	Manteve-se nos 37 dias o PMP a Fornecedores	Ponto V. 4. Relatório
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0 €	Ponto V. 4. Relatório
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.		Ponto V. 5. Relatório
Reservas emitidas na ultima CLC	N.A.	Na CLC não constavam reservas	Ponto V. 5. Relatório
Remunerações/honorários			Ponto V. 6. Relatório
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ponto V. 6. Relatório
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.	O CA não aufere remuneração pela empresa	Ponto V. 6. Relatório
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		Ponto V. 6. Relatório
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		Ponto V. 6. Relatório
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			Ponto V. 7. Relatório
Não utilização de cartões de crédito	N.A.		Ponto V. 7. Relatório
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N.A.		Ponto V. 7. Relatório
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N.A.		Ponto V. 7. Relatório
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A.		Ponto V. 7. Relatório

Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			Ponto V. 8. Relatório
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto V. 8. Relatório
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S		Ponto V. 9. Relatório
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ponto V. 9. Relatório
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Ponto V. 10. Relatório
Contratação Pública			Ponto V. 11. Relatório
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.		Ponto V. 11. Relatório
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Ponto V. 11. Relatório
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ponto V. 11. Relatório
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.		Ponto V. 12. Relatório
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ponto V. 13. Relatório
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	S		Ponto V. 14. Relatório
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		Ponto V. 15. Relatório
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,99% de disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31/12/2021	Ponto V. 15. Relatório
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	94,58 €	Ponto V. 15. Relatório
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0 €	Ponto V. 15. Relatório
Auditorias do Tribunal de Contas [b]	S		Ponto V. 16. Relatório
Recomendação	N.A.		
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o artº 7º da Lei 62/2017	S		Ponto V. 17. Relatório
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		Ponto V. 18. Relatório

VII. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1. Nota Final

Nos termos do nº 1 do art.º. 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, infirma-se não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou à Autoridade Tributária, bem como não ocorreram factos relevantes após a data do balanço.

O Conselho de Administração agradece:

Aos clientes, a sua razão de ser;

A todos os colaboradores, pelo trabalho e empenho, sem cuja atuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À acionista, PARPÚBLICA, pela permanente confiança e apoio prestado;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efetuado;

Aos demais *stakeholders*, porque a dimensão competitiva de uma empresa é determinada pela sua rede de cooperação, sinergia e dinamização.

2. Aplicação de Resultados

O **Resultado Líquido do exercício é de -840.211,74 euros.**

Propõe-se que o montante do Resultado Líquido apurado no exercício negativo de *840.211,74 euros* seja transferido para a conta de *Resultados Transitados.*

Estoril, 21 de março de 2022

A Administração

Jaime Serrão Andrez

Ana Santos Martins

João Sacadura Pinhão

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda:Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	13.583.108,32	13.451.599,07
Activos por impostos diferidos	25	351.072,27	123.043,13
		13.934.180,59	13.574.642,20
Activo Corrente			
Inventários	6	24.323,19	25.175,66
Clientes	7	38.157,38	21.370,94
Estados e outros entes públicos	8	552.694,53	477.272,81
Outros creditos a receber	9	2.546,71	1.770,39
Diferimentos	10	25.921,36	32.486,14
Caixa e depósitos bancários	11	726.548,66	1.161.230,00
		1.370.191,83	1.719.305,94
Total do activo		15.304.372,42	15.293.948,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15 e 16	10.000.000,00	10.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	16	15.674,40	15.674,40
Reservas legais	16	331.282,29	200.660,51
Resultados transitados	16	3.501.699,37	1.019.885,61
		13.848.656,06	11.236.220,52
Resultado líquido do período	16	(840.211,74)	2.612.435,54
Total do capital próprio		13.008.444,32	13.848.656,06
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	62.191,94	96.280,54
Adiantamentos de clientes	7	-	2.526,62
Estado e outros entes públicos	8	14.607,26	11.619,84
Accionistas/sócios	13	1.980.016,15	1.222.472,39
Outras dividas a pagar	14	203.472,67	76.748,25
Diferimentos	10	35.640,08	35.644,44
		2.295.928,10	1.445.292,08
Total do passivo		2.295.928,10	1.445.292,08
Total do capital próprio e do passivo		15.304.372,42	15.293.948,14

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	888 666,79	1 105 011,39
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(928,59)	(418,17)
Fornecimentos e serviços externos	19	(1 278 651,21)	(935 372,08)
Gastos com o pessoal	20	(373 778,45)	(379 104,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	-	(9 739,30)
Outros rendimentos	22	25 383,10	6 227,63
Outros gastos	23	(1 251,01)	(3 473,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(740 559,37)	(216 868,31)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(297 130,03)	(244 520,20)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	5		2 976 868,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 037 689,40)	2 515 479,90
Juros e rendimentos similares obtidos	24	0,14	-
Juros e gastos similares suportados	24	(26 568,76)	(21 859,72)
Resultado antes de impostos		(1 064 258,02)	2 493 620,18
Imposto sobre o rendimento do período	25	224 046,28	118 815,36
Resultado líquido do período		(840 211,74)	2 612 435,54

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluido no resultado líquido do período			

Detentores do capital da empresa-mãe		(840 211,74)	2 612 435,54
Interesses minoritários			
		(840 211,74)	2 612 435,54
Resultado por acção básico		(0,17)	0,52

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda:Euros

	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		997.362,75	1.300.677,69
Pagamentos a fornecedores		(1.473.931,96)	(1.129.701,12)
Pagamentos ao pessoal		(360.696,03)	(358.952,86)
Caixa gerada pelas operações		(837.265,24)	(187.976,29)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		72,23	(9.916,73)
Outros recebimentos/ pagamentos		21.464,92	14.413,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**(815.728,09)**	**(183.479,58)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(349.928,25)	(252.468,84)
Fluxos de caixadas actividades de investimento (2)		**(349.928,25)**	**(252.468,84)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13 e 24	730.975,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares	24	-	(29.470,00)
Fluxos de caixadas actividades de financiamento (3)		**730.975,00**	**(29.470,00)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(434.681,34)	(465.418,42)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	1.161.230,00	1.626.648,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	**726.548,66**	**1.161.230,00**

A Administração

O Contabilista Certificado

	2						